
SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57
NIRE 3130002243-9

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

9 de abril de 2019

Assembleia Geral Ordinária

9 de maio de 2019

ÍNDICE

I.	Em Assembleia Geral Ordinária	3
II.	Anexo I: Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos Administradores	5
III.	Anexo II: Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09	34
IV.	Anexo III: Item 12 do Formulário de referência – Eleição dos membros dos Conselhos de Administração	41
V.	Anexo IV: Item 13 do Formulário de referência – Remuneração dos Administradores	50
VI.	Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária	64

Senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, às 10:00 horas do dia 9 de maio de 2019, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial.

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) *Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;*

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, conforme divulgadas em 5 de maio de 2019, nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nestes dois últimos através do Sistema Empresas.NET.

Nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

- (ii) *Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.*

No Anexo II, apresentamos o Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09

Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2018. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado era igual a R\$ 486,8 milhões.

- (iii) *Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia, e ratificar o valor realizado da remuneração global dos administradores da Companhia em 2018.*

Nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos e

destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Assim sendo, a Administração recomenda a eleição de 7 (sete) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, o mesmo número de membros do último exercício social.

Propomos que sejam eleitos, para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2019, as pessoas indicadas no Anexo III, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se disposta no Anexo IV a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4 e item 15. Propomos que a remuneração global dos administradores a ser paga, seja fixada no montante anual de até R\$ 4.650.000,00.

Informamos, ainda, que na assembleia geral ordinária realizada em 30/04/2018, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores no valor de R\$ 4.300.000,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 4.364.933,00, excluindo o Conselho Fiscal, que não é permanente, dos quais R\$ 913.200,00 pagos pelo emissor, e R\$ 3.451.733,00 pagos por controladas do emissor em função do exercício do cargo no emissor.

A Administração propõe a ratificação e aprovação do valor de R\$ 64.933,00, que excedeu a verba prevista de R\$ 4.300.000,00, correspondente ao montante de R\$ 4.364.933,00 efetivamente distribuído entre os membros da administração, excluindo o Conselho Fiscal, no exercício social de 2018.

O limite ora proposto para o exercício social de 2019, assim como as informações acima apresentadas com relação à remuneração do exercício social de 2018, incluem a remuneração fixa e variável dos administradores, bem como quaisquer benefícios incorridos pela Companhia, diretos ou indiretos.

Montes Claros-MG, 9 de abril de 2019.

A Administração

Springs Global Participações S.A.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

ANEXO I

Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
REGISTRO NA CVM	Nº 20966
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Alessandra Eloy Gadelha
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
AGENTE ESCRITURADOR	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
AUDITORES INDEPENDENTES	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SGPS3
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Informações prestadas com base nas demonstrações consolidadas do emissor.

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

Na tabela a seguir são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Indicadores de liquidez			
Total do ativo circulante	1.486,8	1.344,6	1.360,5
Total do passivo circulante	1.145,1	762,9	816,6
<i>Índice de liquidez corrente</i>	<i>1,3</i>	<i>1,8</i>	<i>1,7</i>
Total do ativo circulante + realizável a longo prazo	2.145,2	1.726,3	1.764,4
Total do passivo circulante + passivo não circulante	1.899,0	1.571,9	1.601,9
<i>Índice de liquidez geral</i>	<i>1,1</i>	<i>1,1</i>	<i>1,1</i>
Indicadores de endividamento			
Total da dívida líquida	856,4	821,2	858,6
Patrimônio líquido	1.325,0	1.149,5	1.027,8
<i>Índice de endividamento</i>	<i>65%</i>	<i>71%</i>	<i>84%</i>

Em 31 de dezembro de 2018, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,3x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, inferior ao valor rerepresentado em 31 de dezembro de 2017. Considerando a negociação de prazo de contratos vigentes, ocorrida em janeiro de 2019, com redução de R\$ 110,0 milhões do passivo circulantes, a liquidez corrente da Companhia seria 1,4x. Ademais, considerando o valor de US\$ 90 milhões em caixa recebido no fechamento da combinação de ativos das operações norte-americanas, ocorrido no dia 15 de março de 2019, a liquidez da Companhia aumentaria para 2,2x, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 para efeito de simulação.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,1x em 31 de dezembro de 2018, igual ao valor registrado em 31 de dezembro de 2017. Considerando o valor de US\$ 90 milhões em caixa recebido no fechamento da combinação de ativos das operações norte-americanas, ocorrido no dia 15 de março de 2019, a liquidez geral da Companhia aumentaria para 1,4x, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 para efeito de simulação.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 856,4 milhões e representava 65% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2018. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 232,2 milhões no final do exercício de 2018, com redução de 8,7% em relação aos R\$ 254,4 milhões, valor rerepresentado de 31 de dezembro de 2017,

aplicado, principalmente, em atividades operacionais. Considerando o valor de US\$ 90 milhões em caixa recebido no fechamento da combinação de ativos das operações norte-americanas, ocorrido no dia 15 de março de 2019, o saldo do endividamento líquida da Companhia seria R\$ 507,6 milhões, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2018 para efeito de simulação, e representaria 38% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,8x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, superior ao valor em 31 de dezembro de 2016.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,1x em 31 de dezembro de 2017, igual à obtida em 31 de dezembro de 2016.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 821,2 milhões e representava 71% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2017. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 254,4 milhões no final do exercício de 2016, com aumento de 5,7% em relação aos R\$ 240,6 milhões, em 31 de dezembro de 2016, provenientes, principalmente, de atividades operacionais.

b. Estrutura de capital

A tabela a seguir apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2018	AV (%)	2017	AV (%)	2016	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	1.145,1	35,5%	762,9	28,0%	816,6	31,1%
Capital de terceiros – não circulante	753,9	23,4%	809,0	29,7%	785,3	29,9%
<i>Capital de terceiros – Total</i>	<i>1.899,0</i>	<i>58,9%</i>	<i>1.571,9</i>	<i>57,8%</i>	<i>1.601,9</i>	<i>60,9%</i>
Capital próprio – Patrimônio Líquido	1.325,0	41,1%	1.149,5	42,2%	1.027,8	39,1%
Total	3.224,0	100,0%	2.721,4	100,0%	2.629,7	100,0%

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Springs Global era 41,1% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 58,9% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Springs Global era 42,2% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 57,8% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Springs Global era 39,1% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 60,9% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

Não ocorreram variações significativas na estrutura de Capital da Companhia nos últimos três anos.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

A Diretoria entende que o nível de liquidez da Companhia, associada à sua geração de caixa operacional, é compatível com seus investimentos, despesas, serviços das dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	945,1	1.027,0	964,3
Debêntures	148,3	48,6	135,0
Total da Dívida	1.093,4	1.075,6	1.099,3
Caixa e equivalentes de caixa	(139,5)	(155,4)	(160,4)
Títulos e valores mobiliários	(92,7)	(99,0)	(80,3)
Instrumentos financeiros, líquidos	(4,8)	0,0	0,0
Total do (caixa) dívida líquida	856,4	821,2	858,6

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como debêntures e Certificados Recebíveis do Agronegócio (“CRA”).

Em 2018, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e alongar seu perfil da dívida. A sua controlada Coteminas S.A. emitiu, em 19 de fevereiro de 2018, R\$ 150 milhões em novas debêntures não conversíveis em ações. O valor nominal será amortizado em doze parcelas trimestrais iguais, e os juros pagos trimestralmente corresponderão a 100% da variação acumulada da taxa de juros do CDI mais 2,75% ao ano.

Em 2017, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e alongar seu perfil da dívida. A sua controlada Coteminas S.A. efetuou o pagamento da segunda parcela de amortização, de R\$ 135 milhões, de debêntures não conversíveis em ações, emitida em 30 de maio de 2014, e posteriormente vinculada à emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), e emitiu, em 12 de junho de 2017, R\$ 50 milhões em novas debêntures não conversíveis em ações, que foi posteriormente vinculada à emissão de CRA, com remuneração e garantias idênticas às da Debênture que lhe dá lastro. O valor nominal será amortizado em quatro parcelas semestrais, a partir de dezoito meses de sua emissão, e os juros pagos semestralmente corresponderão a 110% da variação acumulada da taxa de juros do CDI.

Em 2016, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida e alinhar a exposição cambial da sua dívida com à exposição cambial de sua geração de caixa operacional.

A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - Total	945,1	1.027,0	964,3
Circulante	527,2	444,9	383,6
Não circulante	417,8	582,2	580,7
Debêntures - Total	148,3	135,0	135,0

Circulante	74,7	12,0	135,0
Não circulante	73,7	36,6	-

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2019, a Companhia pretende contratar novos financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ mil	Moeda	Taxa anual de juros - %	Em 31 de dezembro de		
			2018	2017	2016
Moeda nacional:					
BNDES	R\$	3,0 a 9,5	1.206	2.435	3.709
Banco do Brasil S.A.	R\$	127,5 a 128,7 do CDI e 3,0 a 9,5	442.033	447.293	428.133
Banco do Brasil S.A.	R\$	8,7 a 9,5	32.925	34.229	33.629
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI	-	-	50.888
Banco Daycoval S.A.	R\$	4,5 + CDI	30.375	-	-
Banco Itaú BBA S.A.	R\$	132,0 do CDI	-	101.012	104.237
Banco BMM S.A.	R\$	149,0 e 150,5 do CDI e 4,0 + CDI	70.344	49.311	20.153
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,2 e 4,4 + CDI	48.297	20.073	-
Banco Bradesco S.A.	R\$	4,4 e 4,5 + CDI	19.577	20.228	17.138
Banco Fibria S.A. - CCE	R\$	6,5 + CDI	9.098	-	-
Banco Itaú Unibanco S.A. - CCB	R\$	2,8 + CDI	25.260	-	-
Banco Safra S.A. - CCB	R\$	4,7 + CDI	50.476	-	-
Outros	R\$	-	7.849	64	65
			737.440	674.645	657.952
Moeda estrangeira:					
Wells Fargo Bank, N.A.	US\$ e CAD\$	3,9 a 6,0	-	105.869	147.319
Banco Santander S.A. PPE	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	125.004	170.956	102.740
Banco Santander S.A.	US\$	6,4	-	-	6.843
JP Morgan	US\$	Libor + 0,9	17.491	13.268	9.784
Banco Francês	\$ARG	34,5	-	2.797	3.159
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 e 68,0	11.740	30.047	19.574
Banco Rio - Cerrito	\$ARG	43,0	-	2.898	-
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	8,5	9.712	-	-

Banco do Brasil S.A.	US\$	5,5 a 6,0	43.672	26.561	16.910
			<u>207.619</u>	<u>352.396</u>	<u>306.329</u>
Total			945.059	1.027.041	964.281

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia para diversos financiamentos; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

A seguir, apresentamos a posição das debêntures da Companhia, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ milhões				Circulante			Não Circulante		
Ano de Emissão	Valor de emissão	Vencimento	Encargos anuais (%)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2014	270,0	2016-2017	110% do CDI	-	-	135,0	-	-	-
2017	50,0	2018-2020	110% do CDI	24,5	12,0	-	12,2	36,6	-
2018	150,0	2018-2021	100% do CDI + 2,75% a.a.	50,2	-	-	61,4	-	-

As garantias das debêntures incluem garantias real e fidejussória, com fiança prestada pela Companhia e por Josué Christiano Gomes da Silva. Os imóveis da controlada Coteminas S.A., cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA em 2017, são utilizados como garantia real. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada Coteminas S.A., com anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada Coteminas S.A. use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários. Um imóvel de 247,3 mil m², localizado em São Gonçalo do Amarante, da controlada Coteminas S.A., cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor da quarta emissão da debênture em 2018, e 1,67 vezes nos anos seguintes, são utilizados como garantia real, assim como os respectivos contratos de locação deste imóvel, podendo o agente fiduciário, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação:

- a) Quirografárias: sem garantias (títulos de crédito em geral)
- b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca)

Em 31 de dezembro de 2018, do total de R\$ 1.093,4 milhões de endividamento, dos quais R\$ 611,8 milhões são classificados como quirografários e R\$ 481,5 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por avais e garantias bancárias.

Em 31 de dezembro de 2017, do total de R\$ 1.075,6 milhões de endividamento, dos quais R\$ 693,5 milhões são classificados como quirografários e R\$ 382,2 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por avais e garantias bancárias.

Em 31 de dezembro de 2016, do total de R\$ 1.099,3 milhões de endividamento, dos quais R\$ 631,6 milhões são classificados como quirografários e R\$ 467,7 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por avais e garantias bancárias.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,0x (quatro inteiros) em 2017, 3,5x (três inteiros e cinco décimos) em 2018, e 3,0x (três inteiros) a partir de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, todos os índices acima foram atendidos pela controlada Coteminas S.A..

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, igual ou inferior a 3,5 vezes em 2017, 3,25 vezes em 2018, e 3,0 vezes em 2019); (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 vezes; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida, igual ou superior a 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2018, todos os índices acima foram atendidos pela Companhia.

Em 2016, a controlada Springs Global US, Inc obteve uma linha de crédito rotativo que limita determinadas atividades da mesma como venda de ativos e a contratação de novos empréstimos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

Em 2016, a controlada Springs Global US, Inc obteve uma linha de crédito rotativo no valor de US\$ 62,7 milhões.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos últimos três exercícios são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Springs Global passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações vendidas para a Keeco, conforme anunciado em dezembro de 2018, como “Operações descontinuadas” a partir do quarto trimestre de 2018 (4T18). Para efeito de comparação incluímos a reclassificação do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em R\$ milhões	2018	AV	AH	2017R	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)
Receita operacional líquida	1.370,8	100,0%	(3,1%)	1.414,2	100,0%	n.a.
Custo dos produtos vendidos	(945,7)	(69,0%)	(1,8%)	(962,9)	(68,1%)	n.a.

Materiais	(467,5)	(34,1%)	(0,6%)	(470,5)	(33,3%)	n.a.
Custos de conversão e outros	(407,4)	(29,7%)	(4,3%)	(425,8)	(30,1%)	n.a.
Depreciação	(70,9)	(5,2%)	6,5%	(66,6)	(4,7%)	n.a.
Lucro bruto	425,2	31,0%	(5,8%)	451,3	31,9%	n.a.
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(378,9)	(27,6%)	4,3%	(363,3)	(25,7%)	n.a.
Despesas com vendas	(261,7)	(19,1%)	4,4%	(250,6)	(17,7%)	n.a.
Despesas gerais e administrativas	(117,2)	(8,5%)	3,9%	(112,7)	(8,0%)	n.a.
Recuperação de impostos	208,9	15,2%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Outras, líquidas	6,2	0,5%	(73,5%)	23,3	1,6%	n.a.
Provisão para desvalorização de ativos	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Resultado operacional	261,4	19,1%	135,0%	111,3	7,9%	n.a.
Resultado financeiro	(196,0)	(14,3%)	8,8%	(180,2)	(12,7%)	n.a.
Resultado antes dos impostos	65,4	4,8%	(194,8%)	(69,0)	(4,9%)	n.a.
IR e CSSL	(7,5)	(0,5%)	(126,9%)	27,7	2,0%	n.a.
Resultado Líquido Proveniente das Operações Continuadas	57,9	4,2%	n.a.	(41,2)	(2,9%)	n.a.
Resultado Proveniente das Operações Descontinuadas de Controladas	53,7	3,9%	(14,6%)	62,9	4,4%	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido	111,6	8,1%	415,9%	21,6	1,5%	n.a.

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre o exercício social indicado e o anterior.
2017R - Reclassificado, excluindo unidade de negócio América do Norte - Atacado, para efeito de comparação

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 reclassificado.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 1.370,8 milhões. Em relação ao exercício de 2017, reclassificado, houve redução de R\$ 43,3 milhões, ou 3,1%, com o efeito negativo da redução do volume vendido parcialmente compensando o efeito positivo de preço e *mix*. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.112,2 milhões em 2018, excluindo receita intracompanhia, com redução de 4,2% em relação a 2017, negativamente impactada pela redução do volume de vendas, especialmente na Argentina, parcialmente compensada por melhor preço e *mix*.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 258,6 milhões em 2018, 2,3% superior à registrada em 2017.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 945,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, com redução de 1,8% em relação aos R\$ 962,9 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 reclassificado, e representando 69,0% da receita líquida, ante 68,1% da receita líquida em 2017 reclassificado.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 467,5 milhões em 2018, denominados custos de materiais, com redução de 0,6% em relação ao ano anterior reclassificado uma vez que o menor volume de vendas compensou o preço médio do algodão, em reais, no mesmo período.

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 407,4 milhões em 2018, com redução de 4,3% em relação a 2017 reclassificado.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 70,9 milhões em 2018, com aumento de 6,5% entre anos. Seguindo o IAS-29 para reporte financeiro de economias hiperinflacionárias, corrigimos dados do Balanço de nossa subsidiária na Argentina, incluindo o imobilizado, que passou de R\$ 17,8 milhões para R\$ 44,6 milhões, em 1 de janeiro de 2018, com efeito negativo no resultado devido ao aumento da depreciação contábil dos seus ativos.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 378,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, equivalentes a 27,6% da receita líquida, contra 25,7% no ano anterior.

Recuperação de impostos

A Companhia reconheceu receita, no quarto trimestre de 2018, no valor de R\$ 194,3 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS do segmento de negócios América da Sul - Atacado, relativo ao período de janeiro de 2006 a julho de 2017, devido ao êxito em ação judicial ocorrida em maio de 2018. A Companhia pretende utilizar estes créditos fiscais para fins de compensação de PIS e COFINS, ao longo dos próximos trimestres.

No terceiro trimestre de 2018, devido a uma ação judicial distinta, a Companhia reconheceu receita, no valor de R\$ 14,7 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS do segmento de negócios América da Sul - Varejo, relativo ao período de janeiro de 2011 a julho de 2017.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 somaram R\$ 6,2 milhões, ante outras despesas de R\$ 23,3 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 reclassificado.

As receitas de arrendamento do empreendimento comercial localizado em São Gonçalo do Amarante-RN, classificadas como "Outras Receitas, líquidas", somaram R\$ 2,8 milhões em 2018, 62,9% superior ao ano anterior. Em 2018, avançamos na ocupação (locação) da 1ª etapa do complexo comercial, *Power Center*, e, em 2019, iniciaremos a comercialização da próxima etapa do empreendimento, *Outlet*.

Lucro Bruto e Lucro Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 425,2 milhões em 2018, com margem bruta de 31,0%. A redução da receita líquida foi superior à do CPV, resultando em retração de 5,8% do lucro bruto e redução de 0,9 p.p. da margem bruta.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 111,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 reclassificado para R\$ 261,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, incremento de R\$ 150,1 milhões, ou 135,0%, positivamente impactado pela recuperação de impostos. O lucro operacional representou 19,1% da receita líquida em 31 de dezembro de 2018, em comparação com 7,9% da receita líquida em 31 de dezembro de 2017 reclassificado.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 180,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 reclassificado para R\$ 196,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um incremento de R\$ 15,8 milhões, devido principalmente (i) a redução de R\$ 13,2 milhões das despesas financeiras – juros e encargos, (ii) a redução de R\$ 10,3 milhões despesas bancárias, impostos, descontos e outros, e (iii) a variação de R\$ 37,3 milhões entre os saldos das variações cambiais líquidas.

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido impacto fiscal sobre os prejuízos acumulados, com provisão de R\$ 27,5 milhões em 2017 de imposto diferido, sem efeito caixa, referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Deste modo, a Companhia obteve valor positivo de R\$ 27,7 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, reclassificado, ante valor negativo de R\$ 7,5 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com variação de R\$ 35,2 milhões entre anos.

Lucro do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 alcançou R\$ 111,6 milhões, ante lucro líquido de R\$ 21,6 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ampliação de R\$ 89,9 milhões, que é explicada, principalmente, pela recuperação de impostos reconhecida em 2018.

Em R\$ milhões	2017	AV (%)	AH (%)	2016	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	2.198,7	100,0%	(4,9%)	2.311,3	100,0%	1,9%
Custo dos produtos vendidos	(1.621,1)	(73,7%)	(4,2%)	(1.692,3)	(73,2%)	2,1%
Materiais	(979,1)	(44,5%)	(8,1%)	(1.065,7)	(46,1%)	2,0%
Custos de conversão e outros	(574,2)	(26,1%)	3,5%	(554,9)	(24,0%)	2,8%
Depreciação	(67,8)	(3,1%)	(5,4%)	(71,7)	(3,1%)	(1,0%)
Lucro bruto	577,6	26,3%	(6,7%)	619,0	26,8%	1,5%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(415,3)	(18,9%)	(2,5%)	(426,1)	(18,4%)	(3,9%)
Despesas com vendas	(272,8)	(12,4%)	(2,8%)	(280,7)	(12,1%)	(4,8%)
Despesas gerais e administrativas	(142,4)	(6,5%)	(2,0%)	(145,4)	(6,3%)	(2,2%)
Recuperação de impostos	-	0,0%	n.a.	0,0		
Outras, líquidas	18,6	0,8%	n.a.	(4,8)	(0,2%)	n.a.
Provisão para desvalorização de ativos	-	0,0%	n.a.	(19,1)	(0,8%)	n.a.
Resultado operacional	180,9	8,2%	7,1%	168,9	7,3%	9,5%
Resultado financeiro	(185,2)	(8,4%)	(20,7%)	(233,5)	(10,1%)	96,6%
Resultado antes dos impostos	(4,3)	(0,2%)	n.a.	(64,6)	(2,8%)	n.a.
IR e CSSL	26,0	1,2%	(55,4%)	58,3	2,5%	n.a.
Resultado Líquido Proveniente das Operações Continuadas	21,6	1,0%	n.a.	(6,3)	(0,3%)	n.a.
Resultado Proveniente das Operações Descontinuadas de Controladas	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido	21,6	1,0%	n.a.	(6,3)	(0,3%)	n.a.

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre o exercício social indicado e o anterior.

Resultado operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 2.198,8 milhões. Em relação ao exercício de 2016, houve redução de R\$ 112,6 milhões, ou 4,9%, negativamente impactada por menores volumes de venda e por menor preço médio, em Reais, de produtos da linha *utility bedding*. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.161,3 milhões em 2017, excluindo receita intracompanhia, com aumento de 6,2% em relação a 2016, devido, principalmente, à ampliação de vendas de intermediários.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 252,8 milhões em 2017, em linha com a registrada em 2016, sendo as conversões de lojas próprias para franquias compensadas pelo maior número de lojas entre anos.

A receita líquida do segmento de negócio América do Norte - Atacado alcançou R\$ 784,6 milhões em 2017, com redução de 18,7% em relação à de 2016, sendo negativamente impactada pela valorização de 7,7% do Real em relação do dólar na tradução das vendas norte-americanas e pela alteração de política de reposição e de disposição de produtos de cliente relevante, que comprometeu de forma pontual, o nível de venda dos produtos de nossa categoria.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1.621,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, com redução de 4,2% em relação aos R\$ 1.692,3 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e representando 73,7% da receita líquida, ante 73,2% da receita líquida em 2016.

As principais matérias-primas são algodão e poliéster que, somados a produtos químicos, embalagens e aviamentos, totalizaram custos de R\$ 979,1 milhões em 2017, denominados custos de materiais, com redução de 8,1% em relação ao ano anterior.

A conversão da matéria-prima em produto acabado demanda, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras utilidades, denominados custos de conversão e outros, que somaram R\$ 574,2 milhões em 2017, com aumento de 3,5% em relação a 2016. Pela sua natureza, esses custos são afetados por ganhos de escala, sendo diluídos quando há maior utilização da capacidade produtiva.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição totalizou R\$ 67,8 milhões em 2017, com redução de 5,4% entre anos.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 415,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, equivalentes a 18,9% da receita líquida, contra 18,4% no ano anterior.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 somaram R\$ 18,6 milhões, ante outras despesas de R\$ 4,8 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. Em 2017, os valores de receita por arrendamento somaram R\$ 1,7 milhão, inclusos na rubrica "Outras, líquidas" na demonstração do resultado.

Lucro Bruto e Lucro Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 577,6 milhões em 2017, com margem bruta de 26,3%. A redução da receita líquida foi superior à do CPV, resultando em retração de 6,7% do lucro bruto e redução de 0,5 p.p. da margem bruta.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 168,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 180,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, incremento de R\$ 12,0 milhões, ou 7,1%. O lucro operacional representou 8,2% da receita líquida em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 7,3% da receita líquida em 31 de dezembro de 2016.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 233,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 185,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$ 48,3 milhões, devido principalmente (i) a redução de R\$ 28,5 milhões das despesas financeiras – juros e encargos, e (ii) a variação de R\$ 14,3 milhões entre os saldos das variações cambiais líquidas.

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido impacto fiscal sobre os prejuízos acumulados, com provisão de R\$ 27,5 milhões em 2017 de imposto diferido, sem efeito caixa, referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Deste modo, a Companhia obteve valor positivo de R\$ 26,0 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ante valor positivo de R\$ 58,3 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$ 32,3 milhões.

Lucro do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 alcançou R\$ 21,6 milhões, ante prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ampliação de R\$ 28,0 milhões, que é explicada pela redução da despesa financeira líquida e da provisão para desvalorização de ativos, parcialmente compensados pela provisão de impostos diferidos e pela redução do resultado operacional.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ milhões	2018	AV	AH	2017	AV	AH	2016	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
Ativo									
Ativo circulante	1.486,8	46,1%	10,6%	1.344,6	49,4%	(1,2%)	1.360,5	51,7%	(6,4%)
Caixa e equivalentes de caixa	139,5	4,3%	(10,3%)	155,4	5,7%	-3,1%	160,4	6,1%	7,0%
Títulos e valores mobiliários	17,0	0,5%	(51,7%)	35,2	1,3%	93,1%	18,2	0,7%	810,4%
Instrumentos financeiros e derivativos	4,8	0,1%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	100,0%
Duplicatas a receber	503,8	15,6%	1,2%	497,6	18,3%	0,9%	493,2	18,8%	-3,1%
Estoques	405,4	12,6%	(24,7%)	538,2	19,8%	-3,9%	560,2	21,3%	-14,9%
Adiantamento a fornecedores	56,6	1,8%	52,4%	37,2	1,4%	4,3%	35,6	1,4%	-9,7%
Impostos a recuperar	17,7	0,6%	(38,1%)	28,7	1,1%	-20,1%	35,9	1,4%	14,1%
Outros créditos a receber	33,8	1,0%	(35,4%)	52,3	1,9%	-8,2%	57,0	2,2%	61,1%
Ativos mantidos para venda	308,2	9,6%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Ativo não circulante	1.737,3	53,9%	26,2%	1.376,9	50,6%	8,5%	1.269,2	48,3%	10,8%
Realizável a Longo Prazo	658,4	20,4%	72,5%	381,7	14,0%	-5,5%	403,9	15,4%	76,3%
Títulos e valores mobiliários	75,7	2,3%	18,7%	63,8	2,3%	2,8%	62,1	2,4%	n.a.
Valores a receber - clientes		1,2%	6,8%		1,4%	53,9%		0,9%	n.a.

	39,9			37,4			24,3		
Valores a receber - venda de imobilizado	-	0,0%	(100,0%)	54,6	2,0%	-0,5%	54,9	2,1%	34,2%
Partes relacionadas	18,9	0,6%	(52,3%)	39,7	1,5%	5,7%	37,6	1,4%	59,8%
Adiantamento a fornecedores	53,9	1,7%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Impostos a recuperar	228,2	7,1%	1432,3%	14,9	0,5%	60,7%	9,3	0,4%	158,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	150,0	4,7%	67,9%	89,4	3,3%	-21,2%	113,4	4,3%	94,5%
Imobilizado disponível para venda	37,4	1,2%	11,0%	33,7	1,2%	-31,5%	49,2	1,9%	-16,7%
Depósitos judiciais	12,5	0,4%	(8,3%)	13,7	0,5%	-28,7%	19,2	0,7%	-6,4%
Outros	41,6	1,3%	20,3%	34,6	1,3%	1,4%	34,1	1,3%	46,8%
Permanente	1.078,9	33,5%	8,4%	995,1	36,6%	15,0%	865,2	32,9%	-5,5%
Outros investimentos	-	0,0%	#DIV/0!	-	0,0%	#DIV/0!	-	0,0%	100,0%
Propriedades para investimentos	347,8	10,8%	64,7%	211,2	7,8%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Imobilizado	649,2	20,1%	(3,0%)	669,2	24,6%	-10,7%	749,3	28,5%	-4,5%
Intangível	81,9	2,5%	(28,7%)	114,8	4,2%	-1,0%	116,0	4,4%	-8,8%
Total dos ativos	3.224,0	100,0%	18,5%	2.721,4	100,0%	3,5%	2.629,7	100,0%	1,2%

Passivo

Passivo circulante	1.145,1	35,5%	50,1%	762,9	28,0%	-6,6%	816,6	31,1%	-4,5%
Empréstimos e financiamentos	527,2	16,4%	18,5%	444,9	16,3%	16,0%	383,6	14,6%	-22,8%
Debênture	74,7	2,3%	524,6%	12,0	0,4%	-91,1%	135,0	5,1%	n.a.
Fornecedores	112,8	3,5%	(30,9%)	163,3	6,0%	13,3%	144,0	5,5%	-25,8%
Impostos e taxas	19,5	0,6%	43,5%	13,6	0,5%	-2,7%	13,9	0,5%	21,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17,8	0,6%	1398,0%	1,2	0,0%	#DIV/0!	-	0,0%	#DIV/0!
Obrigações sociais e trabalhistas	63,0	2,0%	5,5%	59,7	2,2%	9,6%	54,5	2,1%	1,4%
Concessões governamentais	21,4	0,7%	9,7%	19,5	0,7%	10,5%	17,6	0,7%	10,1%
Arrendamentos não recuperáveis	8,8	0,3%	21,7%	7,2	0,3%	14,2%	6,3	0,2%	-37,0%
Outras contas a pagar	59,9	1,9%	43,7%	41,7	1,5%	-32,3%	61,6	2,3%	-15,1%
Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda	240,1	7,4%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Passivo não circulante	753,9	23,4%	(6,8%)	809,0	29,7%	3,0%	785,3	29,9%	80,0%
Empréstimos e financiamentos	417,8	13,0%	(28,2%)	582,2	21,4%	0,3%	580,7	22,1%	130,8%
Debênture	73,7	2,3%	101,0%	36,6	1,3%	#DIV/0!	-	0,0%	n.a.
Arrendamentos não recuperáveis	14,5	0,4%	4,6%	13,8	0,5%	-10,7%	15,5	0,6%	29,9%
Partes relacionadas	0,1	0,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	100,0%
Concessões governamentais	44,1	1,4%	3,0%	42,8	1,6%	-12,2%	48,7	1,9%	0,3%
Planos de aposentadoria e benefícios	104,0	3,2%	8,8%	95,5	3,5%	-9,9%	106,0	4,0%	32,2%
Provisões diversas	12,9	0,4%	(30,5%)	18,6	0,7%	-14,8%	21,8	0,8%	22,0%

Impostos diferidos	64,4	2,0%	1402,1%	4,3	0,2%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Outras obrigações	22,6	0,7%	48,6%	15,2	0,6%	20,7%	12,6	0,5%	-49,7%
Patrimônio líquido	1.325,0	41,1%	15,3%	1.149,5	42,2%	11,8%	1.027,8	39,1%	-10,8%
Capital realizado	1.860,3	57,7%	0,0%	1.860,3	68,4%	0,0%	1.860,3	70,7%	0,0%
Reserva de capital	79,4	2,5%	0,0%	79,4	2,9%	0,0%	79,4	3,0%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	114,0	3,5%	38,3%	82,4	3,0%	324,8%	(36,7)	-1,4%	67,4%
Ajuste acumulado de conversão	(241,8)	-7,5%	(11,8%)	(274,2)	-10,1%	1,1%	(271,1)	-10,3%	42,7%
Reservas de lucros	-	0,0%	(100,0%)	25,2	0,9%	0,0%	25,2	1,0%	-0,1%
Lucro (prejuízo) acumulado	(486,8)	-15,1%	(21,9%)	(623,6)	-22,9%	-1,6%	(633,9)	-24,1%	4,1%
Participação dos acionistas não-controladores	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	100,0%	4,7	0,2%	-40,2%
Total dos passivos e do patrimônio líquido	3.224,0	100,0%	n.a.	2.721,4	100,0%	3,5%	2.629,7	100,0%	7,6%

Saldo em 31 de Dezembro de 2018 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2017

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de 1.344,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.486,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, um incremento de R\$ 142,2 milhões, ou 10,6%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Aumento de Ativos mantidos para venda, de R\$ 308,2 milhões;
- Redução nos estoques, de R\$ 132,8 milhões;
- Aumento no Adiantamento a fornecedores, de R\$ 19,5 milhões;
- Redução de Outros créditos a receber, de R\$ 18,5 milhões;
- Redução e valores mobiliários, de R\$ 18,2 milhões;
- Redução de Caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 16,0 milhões.

A Springs Global celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, sujeita apenas a determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio.

Seguindo os termos do CPC 31 e da IFRS 5, a Springs Global passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações vendidas para a Keeco, como “Ativos mantidos para venda”, no valor de R\$ 308,2 milhões, e “Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda”, no valor de R\$ 240,1 milhões, respectivamente, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018. O saldo de ativos circulante de operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2018, são:

- Duplicatas a receber, R\$ 91,1 milhões;
- Estoques, de R\$ 161,1 milhões;
- Outros créditos a receber, de R\$ 4,9 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 1.376,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.737,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$ 360,4 milhões, ou 26,2%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 381,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 658,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R\$ 276,6 milhões, ou 72,5%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação de Impostos a recuperar, de R\$ 213,3 milhões;
- Ampliação de Imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 60,7 milhões;
- Redução de Valores a receber – venda de imobilizado, de R\$ 54,6 milhões;
- Redução de Partes relacionadas, de R\$ 20,8 milhões.

A Companhia reconheceu receita no valor de R\$ 194,3 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS do segmento de negócios América da Sul - Atacado, relativo ao período de janeiro de 2006 a julho de 2017, devido ao êxito em ação judicial ocorrida em maio de 2018. A Companhia pretende utilizar estes créditos fiscais para fins de compensação de PIS e COFINS, ao longo dos próximos trimestres.

Devido a uma ação judicial distinta, a Companhia reconheceu receita, no valor de R\$ 14,7 milhões, referente à exclusão do ICMS da sua base de cálculo de PIS e COFINS do segmento de negócios América da Sul - Varejo, relativo ao período de janeiro de 2011 a julho de 2017.

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido impacto fiscal sobre os prejuízos acumulados, com provisão de R\$ 61,6 milhões em 2018 de imposto diferido, sem efeito caixa, referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Em dezembro de 2018, foi promulgada lei, no município de Montes Claros, determinando a liquidação o valor a receber pela venda de imobilizado, de R\$ 54,6 milhões, em 31 de dezembro de 2017, mais o valor de R\$ 11,2 milhões, relativas a obra de *retrofit* de responsabilidade da Companhia, registrados em outras contas a pagar no passivo circulante, por (i) entrega de diversos imóveis de propriedade da prefeitura de Montes Claros, com valor justo apurado de R\$ 55,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018, registrados em “Propriedades para Investimentos”, no ativo Permanente, e (ii) créditos de impostos e taxas municipais correntes e futuros, no valor de R\$ 10,9 milhões, registrados em “Outros” no ativo não circulante – realizável a longo prazo.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento da Companhia são avaliadas em R\$ 347,8 milhões, em 31 de dezembro de 2018, com aumento de R\$ 136,6 milhões entre anos, com reavaliação do complexo comercial e com a adição de novos ativos.

O complexo comercial engloba uma área de 247,3 mil m², onde 60,4 mil m² já foram arrendados. Em 2018, avançamos na ocupação (locação) da 1ª etapa do complexo comercial, *Power Center*, e, em 2019, iniciaremos a comercialização da próxima etapa do empreendimento, *Outlet*.

Realizamos uma segunda mensuração do valor justo do complexo comercial, apurado em R\$ 248,3 milhões, com incremento de R\$ 18,3 milhões em relação à avaliação anterior.

Foram adicionados dois novos itens: (i) complexo residencial e (ii) imóveis para valorização Montes Claros.

O complexo residencial compreende nova área de 520 mil m², no município de São Gonçalo do Amarante – RN, para início de empreendimento habitacional, com valor justo apurado de R\$ 44,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

Os imóveis para valorização Montes Claros são imóveis recebidos da prefeitura de Montes Claros como parte do pagamento pelo imóvel vendido para a mesma, em maio de 2015. Estes imóveis possuem metragem total de 154,7 mil m² e foram avaliados por especialistas contratados pela Companhia e pela prefeitura de Montes Claros, com valor justo apurado de R\$ 55,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

O valor remanescente de R\$ 10,9 milhões do imóvel vendido para a prefeitura de Montes Claros será recebido através de créditos de impostos e taxas municipais, registrados na rubrica “Outros” no ativo não circulante, que

serão corrigidos anualmente pela taxa SELIC e cujas compensações serão iniciadas após a entrega do *retrofit* de responsabilidade da Companhia, estimado para o segundo semestre de 2019.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 669,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 649,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R\$ 20,0 milhões, ou 20,1%, devido principalmente à depreciação de R\$ 75,7 milhões no exercício de 2018, parcialmente compensada pela correção monetária dos ativos da Argentina, de R\$ 26,8 milhões. Houve transferência de R\$ 6,8 milhões de ativo imobilizado para “Ativos mantidos para venda”.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 762,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.145,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, um incremento de R\$ 382,2 milhões, ou 50,1. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- Aumento de Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda, de R\$ 240,1 milhões;
- Aumento de Empréstimos e Financiamentos, de R\$ 82,4 milhões;
- Aumento de Debêntures, de R\$ 62,7 milhões;
- Redução de Fornecedores, de R\$ 50,4 milhões.

A Companhia celebrou, em dezembro de 2018, acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, sujeita apenas a determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio.

Seguindo os termos do CPC 31 e da IFRS 5, a Springs Global passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações vendidas para a Keeco, como “Ativos mantidos para venda”, no valor de R\$ 308,2 milhões, e “Passivos diretamente relacionados aos ativos mantidos para venda”, no valor de R\$ 240,1 milhões, respectivamente, no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018. O saldo de passivo circulante de operações descontinuadas, em 31 de dezembro de 2018, são:

- Empréstimos, R\$ 111,7 milhões;
- Fornecedores, de R\$ 112,7 milhões;
- Obrigações sociais e trabalhistas, de R\$ 0,9 milhão;
- Outras contas a pagar, de R\$ 4,9 milhões.

Em fevereiro de 2018, emitimos debêntures, no valor total de R\$ 150 milhões, com remuneração de 100% do CDI mais 2,75% ao ano, prazo de três anos e amortização trimestral, tendo como garantia o imóvel de São Gonçalo do Amarante destinado a arrendamentos e seus respectivos contratos de locação.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 809,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 753,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, uma ampliação de R\$ 55,1 milhões, ou 23,4%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- Redução de R\$ 164,4 milhões no Empréstimo e financiamento, pela transferência para curto prazo;
- aumento de R\$ 37,0 milhões no saldo de debêntures de longo prazo decorrente da 4ª emissão de debênture e transferência de parcela da 3ª emissão para o curto prazo; e
- aumento de R\$ 60,1 milhões no saldo Impostos diferidos, principalmente decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento (R\$ 78,2 milhões) e correção monetária referente à hiperinflação na Argentina (R\$ 10,2 milhões).

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de \$ 1.149,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 1.325,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, um acréscimo de R\$ 175,5 milhões, ou 15,3%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- redução de R\$ 136,7 milhões na conta prejuízo acumulado;
- aumento de R\$ 32,4 milhões na conta Ajuste acumulado de conversão;
- aumento de R\$ 31,6 milhões na conta ajuste de avaliação patrimonial; e
- redução de R\$ 25,2 milhões na conta reservas de lucro.

Saldo em 31 de Dezembro de 2017 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2016

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de 1.360,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.344,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$ 15,9 milhões, ou 1,2%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução nos estoques, de R\$ 22,1 milhões;
- Aumento no Títulos e valores mobiliários, de R\$ 17,0 milhões;
- Redução em Impostos a recuperar, de R\$ 7,2 milhões.

A redução de estoque está relacionada à ampliação do grau de nacionalização de nossas coleções, o que possibilita trabalharmos com um menor estoque de produtos finais, pois o menor ciclo de abastecimento do produto local permite a reposição de estoque durante a coleção, de acordo com a demanda, e com as conversões de lojas próprias para franquias, onde os estoques das lojas são transferidos para os franqueados.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de para R\$ 1.269,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.389,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$ 107,7 milhões, ou 8,5%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 403,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 381,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$ 22,2 milhões, ou 5,5%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 24,0 milhões;
- Redução de Imobilizado disponível para venda, de R\$ 15,5 milhões;
- Ampliação nos Valores a receber – clientes, de R\$ 13,1 milhões.

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido impacto fiscal sobre os prejuízos acumulados, com provisão de R\$ 27,5 milhões em 2017 de imposto diferido, sem efeito caixa, referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

As principais movimentações do imobilizado disponível para a venda foram (i) transferência para imobilizado de R\$ 9,0 milhões e (ii) baixas de R\$ 5,8 milhões.

Em valores a receber de clientes, foi incluído valor de R\$ 17,5 milhões, referente a venda de imóvel, com pagamento em 59 parcelas mensais.

Propriedades para investimentos

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza cerca de 250 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros

contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões.

Com a destinação do imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico, diverso das operações têxteis da controlada Coteminas S.A., foram transferidos os valores residuais do imóvel e suas instalações, antes registrados como imobilizado a custo, totalizando R\$ 43,7 milhões, para a rubrica de propriedades para investimentos.

A diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, no valor de R\$ 167,5 milhões, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 669,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 749,3 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$ 80,1 milhões, ou 10,7%, devido principalmente à transferência de R\$ 90,0 milhões para Propriedades para investimentos.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 816,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 762,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$ 53,7 milhões, ou 6,6%, decorrente, principalmente, da reestruturação da dívida da Companhia, com alongamento de prazo. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- redução de R\$ 123,0 milhões no saldo de debêntures de curto prazo decorrente da amortização da última parcela da debênture emitida em 2014 e nova emissão com valor de R\$ 50 milhões, dos quais R\$ 12,0 milhões no curto prazo; e
- aumento de R\$ 61,3 milhões no saldo de Empréstimos e Financiamento de curto prazo decorrente.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 785,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 804,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma ampliação de R\$ 23,7 milhões, ou 3,0%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- aumento de R\$ 36,6 milhões no saldo de debêntures de longo prazo decorrente da nova emissão de debênture no valor de R\$ 50 milhões, dos quais R\$ 36,6 milhões no longo prazo; e
- redução de R\$ 10,5 milhões no saldo Planos de aposentadoria e benefícios decorrente de ganho atuarial e aumento do valor de mercado dos ativos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de \$ 1.027,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.149,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de R\$ 121,7 milhões, ou 11,8%. Na avaliação da diretoria da Companhia, os principais fatores desse aumento foram:

- aumento de R\$ 119,1 milhões na conta ajuste de avaliação patrimonial; e
- redução de R\$ 10,4 milhões na conta prejuízo acumulado.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Em R\$ milhões	2018	2017	2016
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	(87,5)	54,0	0,2
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(25,5)	(36,0)	(121,0)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	90,2	(19,4)	141,3

Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	6,8	(3,6)	(10,1)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(16,0)	(4,9)	10,4

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2018 vs 2017

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa aplicado nas atividades operacionais foi de R\$ 87,5 milhões, ante R\$ 54,0 milhões gerado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, a variação de R\$ 58,8 milhões no resultado operacional, excluindo o item recuperação de imposto, que não teve efeito caixa em 2018, e R\$ 25,4 milhões das variações das contas de ativos e passivos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 25,5 milhões, R\$ 10,5 milhões abaixo dos R\$ 36,0 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 33,6 milhões nos empréstimos entre empresas associadas e à redução de R\$ 33,3 milhões no recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangíveis.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o caixa gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 90,2 milhões, ante R\$ 19,4 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 devido ao maior ingresso de novos empréstimos, em relação às liquidações.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2017 vs 2016

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 74,9 milhões, R\$ 79,7 milhões acima dos R\$ 0,2 milhão gerado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido, principalmente, o aumento de R\$ 96,4 milhões nas variações nas contas de ativos e passivos, o aumento de R\$ 28,0 milhões do lucro líquido, e a redução de R\$ 11,3 milhões nos juros pagos, que mais que compensaram o aumento de R\$ 56,4 milhões dos efeitos não caixa do resultado do exercício.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 36,0 milhões, R\$ 85,1 milhões abaixo dos R\$ 121,0 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 43,9 milhões nos empréstimos entre empresas associadas e ao aumento de R\$ 40,5 milhões no recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangíveis.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 40,2 milhões, ante R\$ 141,3 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, contribuindo para a redução do nível de endividamento da Companhia.

10.2 Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

As receitas da Companhia nos anos de 2016, 2017 e 2018 decorrem basicamente de vendas de produtos de cama, mesa e banho.

Seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Springs Global passou a reportar os ativos e passivos referentes às operações da América do Norte vendidas para a Keeco, conforme anunciado em dezembro de 2018, como “Operações descontinuadas” a partir do quarto trimestre de 2018 (4T18). Para efeito de comparação incluímos a reclassificação do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o mercado na América do Sul representou 100% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 reclassificado, o mercado na América do Sul representou 100% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o mercado na América do Sul representou 64% e o mercado na América do Norte representou 36% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o mercado na América do Sul representou 58% e o mercado na América do Norte representou 42% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o mercado na América do Sul representou 59% e o mercado na América do Norte representou 41% da receita consolidada da Companhia.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Em 2018 o resultado operacional da Companhia apresentou crescimento de 135,0%% em relação ao ano anterior reclassificado, totalizando R\$ 261,4 milhões, impulsionado, principalmente, pela recuperação de impostos, reconhecida em 2018, no valor de R\$ 208,9 milhões.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 1.370,8 milhões em 2018, 3,1% inferior à de 2017 classificado, com o efeito negativo da redução do volume vendido parcialmente compensado pelo efeito positivo de preço e *mix*.

Os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, ficaram em linha com o ano anterior reclassificado. Enquanto que os custos de conversão e outros, que englobam, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras, tiveram redução de 4,3% em relação a 2017 reclassificado.

A depreciação dos ativos de produção e distribuição teve incremento de 6,5% em relação a 2017 reclassificado. Seguindo o IAS-29 para reporte financeiro de economias hiperinflacionárias, corrigimos dados do Balanço de nossa subsidiária na Argentina, incluindo o imobilizado, que passou de R\$ 17,8 milhões para R\$ 44,6 milhões, em 1 de janeiro de 2018, com efeito negativo no resultado devido ao aumento da depreciação contábil dos seus ativos.

Em conjunto, os custos de produtos vendidos (CPV) reduziram 1,8%, em relação ao ano de 2017 reclassificado.

As despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram aumento de 4,3% em relação ao ano anterior.

Em 2017 o resultado operacional da Companhia apresentou crescimento de 7,1% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 180,9 milhões, impulsionado, principalmente, pelo aumento de outras, líquida, pela redução de despesas com vendas, gerais e administrativas e pela inexistência de provisão para desvalorização de ativos, que mais que compensou a redução do lucro bruto.

A receita líquida consolidada foi 4,9% inferior à de 2015, positivamente impactada por menores volumes de venda e por menor preço médio, em Reais, de produtos da linha *utility bedding*.

Os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, tiveram redução de 8,1% em relação ao ano anterior. Enquanto que os custos de conversão e outros, que englobam, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras, tiveram ampliação de 3,5% em relação a 2016. Em conjunto, os custos de produtos vendidos (CPV) reduziram 4,2%, em linha com o decréscimo da receita no mesmo período.

As despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram redução de 2,5% em relação ao ano anterior.

Em 2016 o resultado operacional da Companhia apresentou crescimento de 9,5% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 168,9 milhões, impulsionado, principalmente, pelo aumento do lucro bruto e pela redução de despesas com vendas, gerais e administrativas e negativamente impactado pela provisão para desvalorização de ativos de R\$ 19,1 milhões.

A receita líquida consolidada foi 1,9% superior à de 2015, positivamente impactada por maiores volumes de venda de produtos intermediários e de *utility bedding*.

Os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, tiveram ampliação de 2,0% em relação ao ano anterior, apesar do incremento do preço médio de algodão no mercado. Enquanto que os custos de conversão e outros, que englobam, principalmente, mão-de-obra, energia elétrica e outras, tiveram

ampliação de 2,8% em relação a 2015. Em conjunto, os custos de produtos vendidos (CPV) ampliaram 2,1%, inferior ao crescimento da receita, em termos absolutos, possibilitando à ampliação do lucro bruto.

As despesas de vendas, gerais e administrativas tiveram redução de 3,9% em relação ao ano anterior.

Em 2016, vendemos um centro de distribuição nos EUA por cerca de US\$ 3,0 milhões, com lucro equivalente R\$ 7,2 milhões, contribuindo positivamente para o resultado operacional de 2016.

Em 2016 realizamos a reavaliação das nossas Cessões de Direito de Uso (CDU) de nossas lojas próprias em shopping, de forma a ajustar os preços dos nossos pontos de venda à nova realidade do mercado imobiliário brasileiro e, conseqüentemente, facilitar as negociações de transferência de lojas próprias para franqueados. A diferença de valores entre os preços contábeis e os de mercado da avaliação resultou em provisão de R\$ 19,1 milhões para desvalorização de ativo, sem efeito caixa, porém com efeito negativo no resultado operacional da Companhia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida consolidada foi 1,9% superior à de 2015, positivamente impactada por maiores volumes de venda de produtos intermediários e de *utility bedding*.

Houve decréscimo do volume de vendas de 3,1% entre anos, de 56.595 toneladas em 2017 reclassificado para 50.331 toneladas em 2018.

O preço médio de nossos produtos teve aumento de 9,0% entre anos, passando de R\$ 25,0 por tonelada em 2017 reclassificado para R\$ 27,7 por tonelada em 2018.

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 2.198,7 milhões em 2017, 4,9% inferior à de 2016, negativamente impactada por menores volumes de venda e por menor preço médio.

Houve decréscimo do volume de vendas de 2,6% entre anos, de 107.093 toneladas em 2016 para 104.320 toneladas em 2017.

O preço médio de nossos produtos teve redução de 2,3% entre anos, passando de R\$ 21,6 por tonelada em 2016 para R\$ 21,1 por tonelada em 2017, parcialmente impactado pela valorização do Real frente ao dólar americano.

A economia fragilizada no Brasil nos últimos anos dificultou o repasse de inflação e/ou variação cambial para o consumidor final. Deste modo a estratégia da Companhia tem sido oferecer produtos com maior valor agregado e de valor percebido aos consumidores e que, portanto, individualmente, alcançam preços melhores, e deste modo, vem preservando sua margem de venda.

A Companhia acredita que a recuperação da economia, no Brasil, alavancará o crescimento de vendas de itens discricionários, como os seus produtos, que podem ter a decisão de compra postergada durante um período recessivo.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia possui participação em controladas no exterior cujas moedas funcionais são o Dólar e o Peso Argentino. O efeito da variação da paridade cambial dessas moedas para o Real, moeda funcional da Companhia, é contabilizado em conta do patrimônio líquido e somente afetará o resultado na hipótese de alienação ou baixa daqueles investimentos. A conversão das demonstrações financeiras dessas controladas para o Real pode gerar flutuações nas demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 46,9 milhões em 2018, refletindo a desvalorização do Real no período na posição líquida de passivos em dólar.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 9,7 milhões em 2017, refletindo a valorização do Real no ano na posição líquida de ativos em dólar.

O saldo das variações cambiais foi negativo em R\$ 23,9 milhões em 2016, refletindo a valorização do Real na posição líquida de ativos e passivos em dólar.

Os preços dos principais insumos de produção da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

Em 2018, os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, tiveram redução de 0,6% em relação ao ano anterior.

Em 2017, os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, tiveram redução de 8,1% em relação ao ano anterior.

Em 2016, os custos de materiais, que incluem as principais matérias-primas são algodão e poliéster, tiveram ampliação de 2,0% em relação ao ano anterior, apesar do incremento do preço médio de algodão no mercado.

O resultado financeiro é impactado pela taxa de juros, uma vez que a maioria da sua dívida é denominada em Reais e com taxa de juros flutuantes.

Em 2018, as despesas financeiras – juros e encargos – aumentaram R\$ 13,2 milhões, influenciadas por maior dívida bruta. Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos dívida bruta atrelada à taxa CDI no montante de R\$ 968,8 milhões, equivalente a 89% da dívida bruta total.

Em 2017, as despesas financeiras – juros e encargos – decresceram R\$ 28,5 milhões, influenciadas pela menor taxa de juros, que passou de 14,25% no terceiro trimestre de 2016 para 7,00% no final de 2017, uma vez que 80% da dívida é indexada ao CDI.

Em 2016, as despesas financeiras – juros e encargos – cresceram R\$ 20,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, tínhamos dívida bruta atrelada à taxa CDI no montante de R\$ 858,3 milhões, equivalente a 78% da dívida bruta total.

10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia celebrou, em 28 de dezembro de 2018, um acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte, avaliadas em US\$ 126 milhões, sujeita apenas a determinadas condições precedentes, usuais a este tipo de negócio, e, portanto, com alta probabilidade de ocorrência. Deste modo, seguindo o pronunciamento técnico CPC 31, a Companhia passou a reportar sua unidade de negócio América do Norte – Atacado como operação descontinuada a partir do quarto trimestre de 2018.

A Companhia não realizou nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2016 e 2017.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não realizou constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos exercícios sociais de 2016 e de 2018.

Em 2018, a controlada Coteminas S.A. subscreveu e integralizou capital na controlada Coteminas Argentina S.A., no valor de R\$ 28,7 milhões, e na controlada C7S Tecnologia, no valor de R\$ 3,2 milhões.

Em 2017, a controlada Coteminas S.A. investiu R\$ 3,1 milhões na controlada C7S Tecnologia, criada com objetivo de desenvolver e fazer a gestão do sistema de vendas pela internet diretamente ao consumidor, cujas atividades tiveram início em fevereiro de 2018.

Em 2017, a controlada Springs Global US comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 93,8% para 100,0%.

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou operações não usuais nos exercícios sociais de 2016, 2017 e 2018.

10.4 Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

2018

No exercício de 2018 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2017

No exercício de 2017 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2016

No exercício de 2016 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2018

No exercício de 2018 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2017

No exercício de 2017 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2016

No exercício de 2016 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2018

O relatório dos auditores independentes contempla uma ressalva sobre o reconhecimento de ativos no valor de R\$ 208,9 milhões, referente a créditos de Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS resultantes de ação judicial para excluir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, transitada em julgado após o encerramento do exercício de 2018.

Em decorrência disso, ressalva também a classificação de passivos financeiros não circulantes, entendendo como não cumpridas certas cláusulas contratuais de empréstimos.

A Administração da Companhia discorda dessa opinião.

A Companhia, suportada pelo posicionamento dos seus assessores técnicos e jurídicos, entendeu que os créditos tributários em questão passaram a representar um ativo efetivo e praticamente certo nos termos do Pronunciamento Conceitual Básico (R1) para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deixando de ser um ativo contingente já em 2018.

2017

No exercício de 2017 não houve ressalva no parecer

2016

No exercício de 2016 não houve ressalva no parecer

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com julgamento da Administração, são:

- (a) Investimentos no exterior- Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes, não afetando o resultado do exercício.
- (b) Intangível- Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação. Mudança nos cenários macroeconômicos pode impactar no teste de realização dos Intangíveis como marcas e pontos comerciais.
- (c) Provisões diversas- A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. A Administração da Companhia depende de análises de advogados independentes para avaliação das contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.
- (d) Planos de aposentadoria complementar- Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada Springs Global US.
- (e) Propriedades para investimentos--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e inclui os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes e, a partir de então, são avaliadas anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável e as variações decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

10.6 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Arrendamento mercantil

A controlada Springs Global US aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil foi de R\$ 46,0 milhões em 2018, sendo R\$ 15,1 milhões referente às operações descontinuadas e R\$ 30,9 milhões referente às operações continuadas; R\$ 39,8 milhões em 2017, sendo R\$ 12,1 milhões referente às operações descontinuadas e R\$ 27,6 milhões referente às operações continuadas; e R\$ 42,1 milhões em 2016. As prestações continuam decrescentes até o final dos contratos, que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$ 349,1 milhões, sendo R\$ 91,3 milhões referente às operações descontinuadas e R\$ 257,8 milhões referente às operações continuadas, conforme tabela a seguir.

Anos	2018	Operações descontinuadas	Operações continuadas
2019	38.124	14.918	23.206
2020	33.997	13.693	20.304
2021	34.249	13.752	20.497
2022	30.034	9.342	20.692
2023	27.170	6.273	20.897
<i>Sub-total</i>	163.574	57.978	105.596
2024-2030	185.553	33.350	152.202
Total	349.127	91.328	257.798

A controlada Springs Global US concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil foi de R\$ 17,9 milhões em 2018, sendo R\$ 0,2 milhão referente às operações descontinuadas e R\$ 17,6 milhões referente às operações continuadas; R\$ 14,6 milhões em 2017, sendo R\$ 0,2 milhão referente às operações descontinuadas e R\$ 14,4 milhões referente às operações continuadas; e R\$ 15,4 milhões em 2016.

Para o período de 2019 a 2030, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada Springs Global US é de R\$ 66,4 milhões.

A controlada Springs Global US possui provisão de curto e longo prazo referente às operações continuadas que totalizava R\$ 23,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, R\$ 21,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 21,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$ 133,6 milhões nas obrigações demonstradas na tabela anterior.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

As despesas financeiras de arrendamento mercantil, assim como as receitas financeiras do subarrendamento mercantil (“sub-leasing”), alteram o resultado operacional da Companhia nos valores mencionados no item 10.6.

- b. Natureza e propósito da operação**

Leasing operacional.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Já mencionado no item 10.6.

10.8 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR

- a. Investimentos**

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em R\$ milhões	Investimentos		
	2018	2017	2016
Indústria	56,0	69,6	71,3
Varejo	6,1	1,6	2,4
Total	62,1	71,2	73,7

Os investimentos de capital da indústria refletem, fundamentalmente, investimentos de modernização de ativos. Já no varejo, os investimentos estão associados a gastos com reformas e benfeitorias de lojas próprias, além de investimentos relacionados a novas lojas próprias.

O valor de investimento estimado para 2019, de acordo com orçamento da Companhia, encontra-se entre R\$ 50 e 70 milhões, que serão aplicados, principalmente, em melhoria operacional, como nos últimos três exercícios sociais.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

A Companhia celebrou, em 28 de dezembro de 2018, um acordo com a Keeco, empresa americana de produtos moda lar, para combinação de suas operações da América do Norte. A Springs Global, cujas operações foram avaliadas em US\$ 126 milhões, recebeu US\$ 90 milhões em dinheiro, no fechamento da transação (“closing”), e US\$ 36 milhões em ações da empresa combinada, Keeco Holdings, LLC, representando uma participação de 17,5% do seu capital social. O fechamento da transação ocorreu no dia 15 de março de 2019, após o cumprimento das condições precedentes.

Após reestruturação de sua capacidade operacional no Brasil, a Companhia disponibilizou três ativos para venda, com valor contábil de cerca de R\$ 100 milhões e valor à mercado de R\$ 230 milhões, de acordo com avaliação efetuada em 2012 pela Cushman & Wakefield: (i) terreno em São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC.

Em 10 de fevereiro de 2015, a Companhia anunciou ao mercado que sua controlada Coteminas S.A. concluiu negociação de venda, para o Município de Montes Claros, do imóvel localizado na Av. Governador Magalhães Pinto, 4000, compreendendo o terreno de 161.930 m², com edificações com cerca de 28 mil m² de área construída, pelo valor total de R\$ 48 milhões de reais, a serem pagos em 48 meses, sendo 12 meses de carência, corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A controlada Coteminas S.A. possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em 31 de dezembro de 2016, haviam 8 parcelas vencidas. A Administração da Companhia classificou a totalidade do recebível como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual situação financeira do Município e também a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito. A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus advogados e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível, seja pela modificação das condições de pagamento ou pela retomada do imóvel.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada Coteminas S.A. assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel. Os principais pontos do protocolo são: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados, para pagamento parcial dos recebíveis da controlada Coteminas S.A., os quais serão objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total do recebível) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total do recebível) e ii) implantação pela controlada Coteminas S.A. da primeira etapa de adequação do complexo em até sete meses após a assinatura do contrato. A ratificação do protocolo deverá ser objeto de projeto de lei municipal a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara.

Em 21 de dezembro de 2018 foi promulgada lei nº 5.111, ratificando o protocolo de intenções acima referido determinando que fosse liquidado o recebível da controlada CSA corrigido até 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 54,6 milhões, mais investimentos a serem realizados pela controlada Coteminas S.A. para a implantação da primeira etapa de adequação do complexo no valor orçado de até R\$ 11,2 milhões e reembolso dos valores despendidos pela controlada Coteminas S.A. com a contratação de projetos e avaliações independentes dos imóveis no valor de R\$ 0,4 milhão, da seguinte forma: (i) entrega de diversos imóveis de propriedade da Prefeitura, avaliados em R\$ 55,3 milhões; (ii) créditos de impostos e taxas municipais, no valor de R\$ 10,9 milhões.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. Em 2018, realizamos uma segunda mensuração do valor justo do complexo comercial, apurado em R\$ 248,3 milhões, com incremento de R\$ 18,3 milhões em relação à avaliação anterior.

Em 2018, disponibilizamos uma nova área de 520 mil m², no município de São Gonçalo do Amarante – RN, para início de empreendimento habitacional, com valor justo apurado de R\$ 44,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não ocorreram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há investimentos em novos produtos e serviços que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia.

10.9 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

ANEXO II

Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09

Proposta de destinação do resultado do exercício

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
REGISTRO NA CVM	n.º 20966
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Alessandra Eloy Gadelha
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
AGENTE ESCRITURADOR	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
AUDITORES INDEPENDENTES	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SGPS3
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

ANEXO 9-1-II**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

Os valores estão expressos em R\$ mil, exceto quando expressamente indicado.

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 111.568

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante Global Bruto: R\$ 0 – R\$0,00 por ação

Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2018. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado era igual a R\$ (486.833).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

0,0%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Não aplicável

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Resultado líquido	Resultado básico por ação (em R\$)
2015	22.577	0,4493
2016	(6.341)	(0,1496)
2017	21.624	0,4209
2018	111.568	2,2314

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendos	Juros sobre capital próprio
2015	-	-
2016	-	-
2017	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Não aplicável

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Em cada exercício social, dividendo obrigatório igual a 1/3 do lucro líquido ajustado nos termos da lei, ficando o saldo a disposição da Assembleia Geral que, respeitadas as prescrições legais, deliberará a respeito de seu destino.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não há dividendo obrigatório a ser distribuído relativo ao resultado líquido do exercício de 2018. Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2018. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo acumulado era igual a R\$ (486.833).

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

ANEXO III

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
REGISTRO NA CVM	n.º 20966
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Alessandra Eloy Gadelha
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
AGENTE ESCRITURADOR	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
AUDITORES INDEPENDENTES	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SGPS3
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela.

Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos Percentual de participação nas reuniões
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	
Outros cargos e funções exercidas no emissor				se é independente, critério	
João Gustavo Rebello de Paula	14/07/1968	Conselho de Administração	30/04/2018	1 ano	12
692.239.806-82	Engenheiro	Presidente do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	100%
Não				Não	
Josué Christiano Gomes da Silva	25/12/1963	Conselho de Administração e Diretoria	30/04/2018 (a) / 14/05/2018 (b)	1 ano	12 (a) / 14 (b)
493.795.776-72	Engenheiro a Advogado	Membro do Conselho de Administração (a)	30/04/2018 (a) / 14/05/2018 (b)	Sim	100% (a)
Não		Diretor Presidente (b)		Não	
Jorge Manuel Seabra de Freitas	27/02/1960	Conselho de Administração	30/04/2018	1 ano	1
235.617.088-03	Bacharel em Economia	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	89%
Não				Sim	
Thomas Patrick O'Connor	04/11/1946	Conselho de Administração	30/04/2018	1 ano	1
Passaporte #529177355	Bacharel em Economia	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	89%
Não				Não	
João Batista da Cunha Bomfim	24/06/1939	Conselho de Administração	30/04/2018	1 ano	12
006.498.306-44	Contador e Advogado	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	100%
Não				Não	
Pedro Henrique Chermont de Miranda	24/08/1973	Conselho de Administração	30/04/2018	1 ano	7
023.120.657-70	Engenheiro Mecânico	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	100%
Não				Independente	
Pedro Hermes da Fonseca Rudge	22/05/1976	Conselho de Administração	30/04/2018	1 ano	7
016.802.887-50	Bacharel em Economia	Membro do Conselho de Administração	30/04/2018	Sim	100%
Não				Independente	

Principais Experiências Profissionais

João Gustavo Rebello de Paula é formado em engenharia mecânica pela UFMG, fez mestrado em administração de empresas (MBA) pela Kelly School of Business, Indiana University (EUA). O Sr. João Gustavo é diretor da

Farpal Agropastoril e Participações Ltda, sociedade empresária que atua na área agropecuária; Econorte- Empresa Construtora Norte de Minas Ltda., sociedade do setor de construção civil; e, Ecopar- Empresa de Comércio e Participações Ltda., sociedade de investimentos e participações. Trabalhou, ainda, como diretor de novos negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS entre 1995 e 1997 e como consultor associado na Booz-Allen & Hamilton, entre 1993 e 1995. Atualmente é membro do Conselho de administração da Springs Global Participações S.A, da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS e da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A.- Encorpar. O Sr. João Gustavo é também membro do Conselho de Administração da Companhia Tecidos Santanense.

Josué Christiano Gomes da Silva é formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em direito pela Faculdade Milton Campos. Possui mestrado em administração de empresas pela Universidade de Vanderbilt, Tennessee (EUA). É presidente do Conselho de administração e diretor presidente da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, holding que controla diretamente a emissora; da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – Encorpar, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; e, da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais. É presidente do Conselho de Administração da Cantagalo General Grains S.A. e da CGG Trading S.A.. Atualmente é diretor-presidente das seguintes empresas José Alencar Gomes da Silva – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade empresária de investimentos e participações; Fazenda do Cantagalo Ltda., sociedade que opera na área agropecuária e na produção e engarrafamento de aguardente; Econorte – Empresa Construtora Norte de Minas Ltda, sociedade da área da construção civil; Ecopar – Empresa de Comércio e Participações Ltda, sociedade de investimentos e participações; Diretor Presidente da COTEMINAS S.A., Diretor Presidente da OXFORD COM. E PART. S.A.; Presidente da SEDA S.A.; e Diretor Presidente da AMMO Varejo; e da Springs Global Participações S.A., indústria têxtil atuante no setor de cama, mesa e banho; . O Sr. Josué é membro do Conselho e ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, ex-presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, vice presidente da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL, e presidente do ITMF – “International Textile Manufacturers Federation”.

Jorge Manuel Seabra de Freitas é licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e graduado no International Executive Programme e em Competitive Strategy, ambos pelo INSEAD. O Sr. Freitas é membro não executivo do Conselho de Administração da Galp desde novembro de 2012, administrador da Amorim Holding II desde agosto de 2011, e administrador do Grupo Arcotêxteis, S.A. desde março de 2009. Antes de ingressar na Galp, foi presidente do Conselho de Administração da Coelima Indústrias Têxteis, S.A., entre janeiro de 1992 e maio de 2011.

Thomas Patrick O'Connor é licenciado em Economia pela Oglethorpe University em Atlanta, Georgia, participou de curso de Management Development na Harvard Business School. O Sr. O'Connor ingressou na Springs em 1968, onde fez carreira, assumindo várias posições na companhia até assumir sua presidência em 2007, onde permaneceu até o início de 2018, quando se aposentou.

João Batista da Cunha Bomfim é técnico em Contabilidade, Bacharel em Direito e fez diversos cursos, entre eles: Curso Fiscais e Fiscalização de Projetos- Sudene, Curso de Direito Trabalhista, Administração Financeira – ADF (UFMG), Análise Financeira e Contabilidade Administrativa, na Fundação João Pinheiro. Atualmente o Sr. Bomfim é diretor da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS; diretor da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; e da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A. – ENCORPAR, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais; e do Conselho de Administração da

Springs Global Participações S.A.. O Sr. Bomfim é também diretor da AMMO Varejo Ltda. e da OXFORD Com. e Part. S.A.

Pedro Henrique Chermont de Miranda é sócio fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos e gestor dos fundos. Pedro tem 18 anos de experiência no mercado acionário brasileiro, tendo trabalhado 13 anos na Investidor Profissional (IP), uma das primeiras gestoras de recursos independentes do Brasil, onde foi gestor de fundos que somavam patrimônio da ordem de US\$1,5 Bilhão. Pedro foi membro do Conselho de administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A., da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD). O Sr. Pedro é graduado em Engenharia Mecânica pela PUC-RJ e membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A..

Pedro Hermes da Fonseca Rudge é sócio fundador da Leblon Equities e diretor financeiro e administrativo. Pedro tem 17 anos de experiência no mercado acionário brasileiro. De 2004 a 2008, Pedro trabalhou na IP como membro da equipe de investimentos e em 2006 tornou-se sócio. Foi responsável pela estruturação de veículos de investimentos e análise de governança corporativa. De 2002 a 2004, Pedro trabalhou no Bradesco-Templeton, onde foi analista senior focado nos setores de telecom e bens de capital e esteve pessoalmente envolvido em analisar, conduzir e desinvestir diversos investimentos do fundo fechado F.V.L. De 1996 a 2002, Pedro trabalhou na Latinvest Asset Management, uma empresa especializada em mercados emergentes, onde ele teve a oportunidade de iniciar sua carreira como trader e se tornar um dos gestores do fundo de ações. Pedro atuou como membro de Conselhos fiscais de empresas como Empresa Brasileira de Compressores S.A. - Embraco (subsidiária da Brazilian Whirlpool), Tele Nordeste Celular Participações S.A. (TIM Nordeste), Trafo Equipamentos Elétricos S.A., Renner Participações S.A. e Globex S.A.; e também é membro do Conselho de Administração da Springs Global Participações S.A.. Pedro é graduado em economia pela Faculdade Candido Mendes.

12.6. Em relação a cada um dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal do emissor, informar, em forma de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no último exercício, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselho de Administração

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
João Gustavo Rebello de Paula	30/04/2018 - 31/12/2018	9	9	100%
Josué Christiano Gomes da Silva	30/04/2018 - 31/12/2018	9	9	100%
Jorge Manuel Seabra de Freitas	30/04/2018 - 31/12/2018	9	8	89%
Thomas Patrick O'Connor	30/04/2018 - 31/12/2018	9	8	89%
João Batista da Cunha Bomfim	30/04/2018 - 31/12/2018	9	9	100%
Pedro Henrique Chermont de Miranda	30/04/2018 - 31/12/2018	9	9	100%
Pedro Hermes da Fonseca Rudge	30/04/2018 - 31/12/2018	9	9	100%

12.7. Composição dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.8. Em relação a cada pessoa que atua como membro de comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

a. administradores do emissor

Não aplicável.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não aplicável.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filho/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57

- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Marido/Esposa

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Vice presidente do Conselho de Administração e Vice Presidente

Tipo de parentesco: Filho/Mãe

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Marido/Esposa

12.10. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- e. Sociedade controla, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: AMMO Varejo Ltda. / CNPJ: 03.494.776/0001-01
- Cargo: Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta

f. Controlador direto ou indireto do emissor

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlador direto

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: controlador indireto

g. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladas ou controladas dessas pessoas

Não aplicável

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

ANEXO IV

Item 13 do Formulário de Referência

Definição da Remuneração Global dos Administradores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Springs Global Participações S.A., companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.718.269/0001-57, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3130002243-9.
REGISTRO NA CVM	n.º 20966
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	Alessandra Eloy Gadelha
ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	Telefone (11) 2145-4476 Fax (11) 2145-4583 e-mail: ri@springs.com
AGENTE ESCRITURADOR	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
AUDITORES INDEPENDENTES	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	SGPS3
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias de Montes Claros.

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”) e suas controladas adotam uma política de remuneração única que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, para fins da Política, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária (“diretoria”) e do conselho fiscal (“Pessoal-Chave da Administração”).

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da Companhia e suas controladas, atribuindo uma remuneração total compatível com as observadas nos mercados de atuação, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor aos acionistas. A Política de Remuneração não foi formalmente aprovada por órgão da Companhia.

b. composição da remuneração

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da Companhia é constituída pelos seguintes componentes: (a) remuneração fixa e (b) remuneração variável.

(a) Remuneração fixa;

A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da Companhia, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias de remuneração total similares às da Companhia.

Os membros do conselho fiscal e de administração podem receber até 12 salários; para os demais membros da administração (diretoria estatutária e não estatutária), adicionalmente aos 12 salários anuais a Companhia também oferece o décimo terceiro salário nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

(b) Remuneração variável;

Parcela do Pessoal-Chave da Administração é elegível a remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão.

O plano de bônus anuais que podem variar de 1 a 3 salários anuais, dependendo do desempenho da Companhia e de cada membro individualmente.

Na controlada Springs Global US, substancialmente, todos os funcionários são cobertos por planos de contribuição definida, sendo alguns de seus funcionários cobertos por plano de benefício definido, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada Springs Global US são ajustadas periodicamente.

As contribuições da controlada Springs Global US aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA (“Employee Retirement Income Security Act”) e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

A controlada Springs Global US também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício Social corrente 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	n.a.	100%	100%
Remuneração variável	0%	n.a.	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	n.a.	0%	0%
Total da remuneração	100%	n.a.	100%	100%

Exercício Social corrente 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	n.a.	100%	100%
Remuneração variável	0%	n.a.	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	n.a.	0%	0%
Total da remuneração	100%	n.a.	100%	100%

Exercício Social corrente 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	n.a.	100%	100%
Remuneração variável	0%	n.a.	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	n.a.	0%	0%
Total da remuneração	100%	n.a.	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

(a) Remuneração fixa;

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do conselho de administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às melhores práticas de mercado.

(b) Remuneração variável;

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em comum acordo, em processo de aprovação orçamentária.

A parcela de remuneração variável, acrescida da parcela de remuneração fixa, constitui a remuneração ordinária total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as práticas de mercado. Em relação à remuneração atribuída aos membros da diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da Companhia, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

v. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.

Alguns membros da administração não são remunerados pelo emissor, devido à Companhia ser *holding*, mas são remunerados por sua participação na administração da Companhia por empresas controladas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro, operacional e de geração de caixa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da diretoria da Companhia. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em quando da aprovação do orçamento da Companhia, avaliados anualmente pelos órgãos da administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração alinha os interesses da Companhia aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia e seus objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros da diretoria e alguns membros do conselho de administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas, como também nas sociedades que detêm o controle direto ou indireto da Companhia. As parcelas relativas aos montantes da remuneração atribuída pela Companhia a seus administradores, bem como os montantes atribuídos a tais administradores pelas controladas e controladores diretos e indiretos e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração, são informados no item 13.15 deste documento.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários da Companhia, suas controladas e seus controladores.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e sua distribuição competirá ao Conselho de Administração, que levará em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição da remuneração global deve levar em conta as responsabilidades, tempo dedicado às funções, competência, reputação profissional e o valor dos respectivos serviços no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O emissor não possui política formal de remuneração aprovada pelo conselho de administração.

13.2. Remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social corrente 31/12/2019- Prevista (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	0	10
Nº de membros remunerados	5	0	0	5
Remuneração fixa anual	972.857,51	0,00	0,00	972.857,51
Salário ou pró-labore	972.857,51			972.857,51
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	972.857,51	0,00	0,00	972.857,51

* Valores ainda não definidos que serão reconhecidos no resultado do emissor. Para esclarecimento, o valor da remuneração global proposta de R\$ 4.650.000,00, contempla valores a serem pagos por controladas do emissor aos administradores por funções exercidas no emissor, estimadas em R\$ 3.677.142,00.

Exercício Social corrente 31/12/2018 - (Em Reais)	Conselho de Administração*	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total*
Nº de membros	7,67	3,00	3,00	13,67
Nº de membros remunerados	6,00	0,00	3,00	9,00
Remuneração fixa anual	913.200,00	0,00	116.119,76	1.029.319,76
Salário ou pró-labore	913.200,00		116.119,76	1.029.319,76
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	913.200,00	0,00	116.119,76	1.029.319,76

* Dois membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Estatutária recebem por controlados do emissor em função do exercício do cargo no emissor, conforme ilustrado no item 13.15. O valor da remuneração global, em 2018, foi igual a R\$ 4.364.933,00, contemplando os valores pagos por controladas do emissor aos administradores por funções exercidas no emissor, estimadas e excluindo a remuneração do Conselho Fiscal, ante remuneração global aprovada em Assembleia Geral Ordinária de R\$ 4.300.000,00.

Exercício Social corrente 31/12/2017 - (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	0,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual	864.521,00	0,00	108.000,00	972.521,00
Salário ou pró-labore	864.521,00		108.000,00	972.521,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	864.521,00	0,00	108.000,00	972.521,00

* Os membros da Diretoria Estatutária recebem por controlados do emissor em função do exercício do cargo no emissor, conforme ilustrado no item 13.15.

Exercício Social corrente 31/12/2016 - (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária*	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	8,00	0,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual	288.000,00	0,00	108.000,00	396.000,00
Salário ou pró-labore	288.000,00		108.000,00	396.000,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	288.000,00	0,00	108.000,00	396.000,00

* Os membros da Diretoria Estatutária recebem por controlados do emissor em função do exercício do cargo no emissor, conforme ilustrado no item 13.15.

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	9	3	3	8	0	3
Fevereiro	9	3	3	8	0	3
Março	9	3	3	8	0	3
Abril	9	3	3	8	0	3
Maio	7	3	3	5	0	3
Junho	7	3	3	5	0	3
Julho	7	3	3	5	0	3
Agosto	7	3	3	5	0	3
Setembro	7	3	3	5	0	3
Outubro	7	3	3	5	0	3
Novembro	7	3	3	5	0	3
Dezembro	7	3	3	5	0	3
Total	92	36	36	72	0	36
<i>No de membros</i>	<i>7,67</i>	<i>3,00</i>	<i>3,00</i>	<i>6,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3,00</i>

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	9	3	3	8	0	3
Fevereiro	9	3	3	8	0	3
Março	9	3	3	8	0	3
Abril	9	3	3	8	0	3
Maio	9	3	3	8	0	3
Junho	9	3	3	8	0	3
Julho	9	3	3	8	0	3
Agosto	9	3	3	8	0	3
Setembro	9	3	3	8	0	3
Outubro	9	3	3	8	0	3
Novembro	9	3	3	8	0	3
Dezembro	9	3	3	8	0	3
Total	108	36	36	96	0	36
<i>No de membros</i>	<i>9,00</i>	<i>3,00</i>	<i>3,00</i>	<i>8,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3,00</i>

Exercício Social findo em 31/12/2016 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	9	3	3	8	0	3
Fevereiro	9	3	3	8	0	3
Março	9	3	3	8	0	3
Abril	9	3	3	8	0	3
Maio	9	3	3	8	0	3
Junho	9	3	3	8	0	3
Julho	9	3	3	8	0	3
Agosto	9	3	3	8	0	3
Setembro	9	3	3	8	0	3
Outubro	9	3	3	8	0	3

Novembro	9	3	3	8	0	3
Dezembro	9	3	3	8	0	3
Total	108	36	36	96	0	36
<i>No de membros</i>	<i>9,00</i>	<i>3,00</i>	<i>3,00</i>	<i>8,00</i>	<i>0,00</i>	<i>3,00</i>

13.3 Remuneração variável no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Exercício Social corrente 31/12/2019 - Prevista (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	0	10
Nº de membros remunerados	5	0	0	5
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultados				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

Exercício Social findo em 31/12/2018 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,67	3,00	3,00	13,67
Nº de membros remunerados	6,00	0,00	3,00	9,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultados				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
---	---------------------------	-----------------------	-----------------	-------

Nº de membros	9,00	3,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	-
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

Exercício Social findo em 31/12/2016 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	3,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	-
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultado				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Antes da constituição da Companhia, a controlada Springs Global U.S. Inc. ("SGUS") administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da própria Companhia. Naquela data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir.

Das opções de ações emitidas pela Companhia, 175.000 tinham direito a valorização (*appreciation right*). Em 31 de dezembro de 2017, nenhuma ação tinha direito a valorização. O direito à valorização permitia ao beneficiário receber, para cada opção exercida, um pagamento em dinheiro (ou as ações da Companhia, se o funcionário ainda estiver empregado na controlada SGUS, na data do exercício) no valor igual à diferença entre o valor justo de mercado da ação da Companhia, como definido no plano, e o preço exercido da opção. Durante o ano, a Companhia efetuou avaliação do valor justo dessas opções o que resultou em nenhum passivo a ser reconhecido.

Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos três últimos exercícios nenhum executivo da Companhia e suas controladas teve remuneração baseada em ações.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2019.

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Não há opções em aberto para quaisquer membros do órgão da administração da Companhia e suas controladas.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia	
	<u>Quantidade de ações¹</u>
Emissor	
Conselho de administração	6
Diretoria estatutária	1
Conselho fiscal	1
Controlador Direto – Companhia de Tecidos Norte de Minas	
Conselho de administração	36.450
Diretoria estatutária	386
Conselho fiscal	-
Controlador Indireto – Wembley S.A.	
Conselho de administração	4
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-

Controlador Indireto – José Alencar Gomes da Silva – Com.
Part. Emp. S.A.

Conselho de administração	3
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador – Companhia de Tecidos Norte de Minas	

¹ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo Administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal Administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração (em R\$, exceto número de Administradores)	Exercício social findo em		
	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Conselho de Administração			
Número total de membros	9,00	9,00	7,67
Número de membros remunerados	8,00	8,00	6,00
Valor da maior remuneração individual	36.000,00	108.521,00	153.840,00
Valor da menor remuneração individual	36.000,00	108.000,00	153.840,00
Valor médio da remuneração individual	36.000,00	108.065,13	153.840,00
Observação			Considera apenas os membros que ficaram 12 meses no cargo
Diretoria Estatutária			
Número total de membros	3,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração individual	-	-	-
Valor da menor remuneração individual	-	-	-
Valor médio da remuneração individual	-	-	-
Observação			
Conselho Fiscal			
Número total de membros	3,00	3,00	3,00
Número de membros remunerados	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração individual	36.000,00	36.000,00	38.464,00
Valor da menor remuneração individual	36.000,00	36.000,00	38.464,00
Valor médio da remuneração individual	36.000,00	36.000,00	38.464,00

Observação

Considera apenas os membros que ficaram 12 meses no cargo

13.12 Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual total da remuneração de cada órgão reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi reconhecido, devido ou pago pelo emissor.

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício Social 2018 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor	212	3.240		3.452
Sociedades sob controle comum				

Exercício Social 2017 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		2.708		2.708
Sociedades sob controle comum				

Exercício Social 2016 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Em R\$ mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos				
Controladas do emissor		2.324		2.324
Sociedades sob controle comum				

13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Springs Global Participações S.A (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 10:00 horas do dia 9 de maio de 2019, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;
- b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
- c) Definir o número e eleger os membros do Conselho de Administração, fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia, e ratificar o valor realizado da remuneração global dos administradores da Companhia em 2018.

Informações Gerais:

Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.springs.com/ri), e nos sites da B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização.

Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 2 de maio de 2019.

A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientação lançadas na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 9 de abril de 2019.

A Administração